



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000892-41.2023.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação da pessoa jurídica para prestação de serviço de uma assinatura de acesso ao sistema "SOLLICITA", pelo período de 12 (doze) meses.

DESPACHO Nº 692 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Licitações e Contratações - ASLIC, mediante o qual se busca a contratação da empresa EDITORIA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, inscrita no CNPJ n. 06.132.270/0001-32, para fornecimento de assinatura anual de acesso ao sistema eletrônico SOLLICITA, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a necessidade deste Tribunal ([1009631](#)).

Para instrução do feito, carrou-se o documento de formalização da demanda ([1009639](#)), a solicitação de contratações ([1009664](#)), a pesquisa de preços realizadas em outros órgãos ([1014800](#)), a proposta comercial da empresa ([1014801](#)), a informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([1014808](#)), o certificado de exclusividade fornecido pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação ASSESPRO Regional Paraná ([1017195](#)) e o termo de referência ([1019155](#)).

Ademais, houve a comprovação da regularidade fiscal da empresa junto ao FGTS, à Receita Federal, à Justiça do Trabalho e ao CNJ, evento n. [1017671](#), demonstrando que aquela está apta a contratar com a administração pública.

Justifica-se a contratação do objeto na necessidade de auxiliar a Administração Pública na tomada de decisões na área de licitações e contratos, por meio de um sistema repleto de informações relativas ao tema, reunindo informações da jurisprudência, da doutrina e da prática administrativa, além de capacitações, periódicos e estudos, conforme disposto no item 3 do TR.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O valor da contratação foi estimado em R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais).

A SAC, em análise do projeto básico, complementado pela proposta juntada no evento ([1014801](#)), concluiu que aquele está em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso I e § 1º da Lei n. 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação ([1019888](#)).

A SPOF, em cumprimento ao Despacho n. 499 da COFC ([1021989](#)), formalizou a programação orçamentária da contratação que se pretende efetivar, mediante emissão de pré-empenho ([1022001](#)).

A SECONT elaborou a minuta do contrato juntada no evento n. [1022017](#) e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica da SAOFC, tendo essa aprovado seus termos, para cumprimento do § 4º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021. Ademais, opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade jurídica da contratação por inexigibilidade de licitação dos serviços especificados no objeto do termo de referência; e pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1022828](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do TR; pela regularidade da informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1014808](#)); pela contratação direta da empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, fornecedora exclusiva do produto SOLICITA, pelo período de 12 (doze) meses, por inexigibilidade de licitação; pela publicação do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato ou nota de empenho no DJE, bem como divulgá-los no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1023076](#)).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

Analisando os autos, verifica-se que a cotação de preços procedida pela unidade demandante atendeu aos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021).

Quanto à escolha do fornecedor, há nos autos Certidão de exclusividade emitida pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação, Regional Paraná - ASSESPRO/PR, certificando que a proponente é autora e única fornecedora no Brasil do produto SOLLICITA ([1017195](#)), documento que cumpre a necessária demonstração da inviabilidade competitiva exigida pelo § 1º do art. 74 da Lei n. 14.133/2021.

Quanto à justificativa do preço, tem-se que neste Tribunal as regras da estimativa da despesa estão disciplinadas pelo art. 9º e seguintes da IN TRE-RO n. 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, documento padronizado, denominado de INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento ([1014808](#)) e demonstra que o preço proposto pela fornecedora exclusiva dos serviços está compatível - até mesmo inferior - aos preços recentes por ela praticados para o fornecimento de idêntico objeto a órgãos da Administração Pública - na forma dos documentos juntados ao processo ([1014800](#)) e referidos no relatório deste parecer.

Assim, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor), a contratação pretendida poderá ser enquadrada na situação de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

Com relação ao instrumento contratual, tem-se como indispensável a celebração de contrato para regular a relação entre as partes, a qual se dará ao longo do tempo com obrigações futuras recíprocas. Portanto, verifica-se que a contratação pretendida está dimensionada para o período de 12 (doze) meses, da última assinatura das partes contratantes, já com possibilidade de prorrogação, nos termos do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021, exigindo, desta forma, o instrumento contratual, nos termos da jurisprudência da Corte de Contas e da legislação em vigor.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018, **AUTORIZO** a inexigibilidade de licitação descrita no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021 e, por consequência:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - aprovo o Termo de Referência n. 2/2023 ([1019155](#)), na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021 \(Nova Lei de Licitações e Contratos\)](#);

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1014808](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 – Plenário;

III - autorizo a despesa de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021;

IV - adjudico o objeto à empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, inscrita no CNPJ sob o n. 06.132.270/0001-32, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais);

V - determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso constante no art. 72, parágrafo único e art. 94 da Lei n. 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À **ASLIC** para providenciar o encaminhamento do TR ([1019155](#)) e da minuta de contrato ([1022017](#)) à empresa contratada.

À **SAOFC** para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho/assinatura do contrato, publicação do ato e execução do referido instrumento contratual.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 22/06/2023, às 12:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1023339** e o código CRC **A7E2DBFC**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000892-41.2023.6.22.8000

1023339v19